



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/10/30.265**

**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Educação

CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES, MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.947/09, RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26/13, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO FNDE Nº 04/15/CD/FNDE/MEC, PARA ATENDIMENTO DOS ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, INSCRITO NO **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

O Município de Campinas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 51.885.242/0001-40, com sede na Av. Anchieta nº 200 – Centro, Campinas, CEP13015-904, através da Comissão Permanente de Chamada Pública, nomeada pela Portaria SME nº 51/2015 publicada no DOM em 15/12/2015, da Exma. Sra. Secretária Municipal de Educação, faz público, para conhecimento dos interessados, que abrirá inscrição para processo de seleção de cooperativas e associações representativas de agricultores familiares que tenham interesse em fornecer e entregar **diretamente nas Unidades Escolares**, para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, respeitando o limite individual de venda por agricultor familiar de no máximo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP/ano, por Entidade Executora, conforme condições constantes deste instrumento e em conformidade com a Lei Federal nº 11.326/06, Lei Federal nº 11.947/09, Lei Federal nº 12.512/11, Resolução CD/FNDE nº 26/13 e Lei Federal nº 8666/93, naquilo que couber.

### **01 – DO OBJETO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

1.1. O objeto do presente edital é o processo de seleção de cooperativas e associações representativas de agricultores familiares, para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, requeijão cremoso e iogurte, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE no Município de Campinas, definidos no ANEXO I deste instrumento, entregues diretamente no Almoxarifado do Departamento de Alimentação Escolar, localizado na CEASA-Campinas, na Rod. D. Pedro I, km 140,5 – Pista Norte, nos quantitativos e em conformidade com as especificações constantes do Anexo I – Memorial Descritivo, e nas condições estabelecidas no Anexo II - Minuta de Contrato.

### 02 – DO PRAZO, QUANTIDADE E VALOR ESTIMADO

2.1. O fornecimento será pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão, pela CEASA/Campinas, da Ordem de Início de Fornecimento, após a assinatura do Termo de Contrato.

2.2. A quantidade total estimada para 12 (doze) meses é de:

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO	UN	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	52.773	Requeijão Cremoso em copo de 200 gramas	Pc	450.000	4,36	1.962.000,00
02	46326	Iogurte com polpa de fruta sabor morango, em garrafas de 180 gramas	pc	2.200.000	1,84	4.048.000,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>6.010.000,00</b>

2.3. O valor **máximo** total estimado previsto para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, objeto da presente Chamada Pública é de R\$ 6.010.000,00 (seis milhões e dez mil reais).

2.3.1. O preço de aquisição por item, com base nos preços médios apurados na pesquisa de preços junto às cooperativas e associações de agricultores familiares,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

folha 180, adotada pelo Município de Campinas encontram-se no Anexo III – Planilha de Preços de Aquisição.

### **03 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. Dotação orçamentária – 07140.12.306.1009.4188.339030/05-210.193, 07140.12.306.1009.4188.339030/05-220.193, 07140.12.306.1009.4188.339030/05-230.193, Recurso Federal, à folha 196, que onerará o exercício de 2016.

### **04 – DA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

4.1. O edital completo estará disponível das **9:00 horas** do dia **01/02/2016** até às **16h30 min.** do dia **25/02/2016** no endereço abaixo e no site [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br). (Secretarias/Educação/Chamada Pública/Edital).

4.2. O prazo para entrega da documentação será até às **16h30 min.** do dia **25/02/2016**, entregue aos membros da Comissão Permanente de Chamada Pública, na Secretaria Municipal de Educação, Paço Municipal na Avenida Anchieta n.º 200, 9º andar - Palácio dos Jequitibás - Campinas – SP, das **09h00 às 12:00** e das **14h00min às 16h30min.** ou ser encaminhada por correio (Sedex ou **carta registrada – AR** para o mesmo endereço). No caso de envio pelo correio, a documentação deverá chegar à comissão até às **16h30min.** Do dia **25/02/2016**. Na ausência ou irregularidade de qualquer documento de habilitação, é facultado à comissão Permanente de Chamada Pública a abertura de novo prazo para complementação ou regularização da documentação.

4.2.1. Os interessados poderão obter informações complementares com a Comissão Permanente de Chamada Pública, a partir da data de publicação deste edital, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 16h30 min. na Coordenadoria de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, telefones: (19) 2116-0210 ou 2116-0412 ou pelo e-mail [elzo.pinto@campinas.sp.gov.br](mailto:elzo.pinto@campinas.sp.gov.br).

### **05 - DA SELEÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

5.1. Os fornecedores deverão ser, **obrigatoriamente**, agricultores familiares, organizados e constituídos em grupos formais – cooperativas ou associações, **detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Jurídica**, em vigor, durante todo o decorrer do processo de Chamada Pública, conforme a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

5.1.1. A Cooperativa/Associação que vier a ter sua DAP suspensa, a qualquer momento, durante o andamento do processo de Chamada Pública será inabilitada.

5.2. A cooperativa/associação **não poderá** apresentar como cooperado ou associado, servidor de qualquer órgão ou entidade **pública** vinculada.

### ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO

6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ.

6.1.2. **Estatuto social e Ato constitutivo de posse** da atual diretoria da entidade registrada na Junta comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações.

6.1.3. **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal** Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, expedida na Jurisdição da sede da cooperativa ou associação proponente, abrangendo a **Regularidade relativa à Seguridade social – CND – INSS**.

6.1.4. **Prova de Regularidade perante o FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

6.1.5. **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, através de certidão emitida por aquele Órgão, através do sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada à verificação da veracidade via internet.

6.1.6. **Prova de Inscrição Estadual** para emissão (**obrigatória**) de nota fiscal de venda.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

6.1.7. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual** da sede da cooperativa ou associação proponente.

6.1.8. **Extrato** da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias.

6.1.9. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda.

6.1.10. Prova dos requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

6.1.11. **Declaração da cooperativa/associação, responsabilizando-se pelo controle do limite individual de venda por Agricultor Familiar:** valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP familiar/ano/EEX. – Modelo Anexo VIII.

6.1.12. **Declaração de não existência de trabalhadores menores** – Modelo Anexo IX.

6.1.13. **Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho** – Modelo Anexo X.

### ENVELOPE 2 – PROJETO DE VENDA

6.1.14. **Projeto de Venda assinado pelo representante legal** da cooperativa ou associação, de acordo com o Anexo IV da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, alterada pela Resolução nº 04, de 02 de abril de 2015/CD/FNDE/MEC e o Projeto de Venda do FNDE, disponível no Anexo IV deste edital, com todos os seus campos devidamente preenchidos, respeitando-se o limite de valor máximo repassado por DAP Física por Entidade Executora.

6.2. Toda a documentação de habilitação deverá estar vigente, observando os respectivos prazos de validade. Os documentos deverão corresponder **ao mesmo número do CNPJ**.

6.3. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, se outro prazo não constar do Ato Normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a data para entrega dos envelopes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

6.4. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

6.5. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

### **07 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DO PROJETO DE VENDA**

7.1. Os documentos de habilitação, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar devidamente impressos e assinados pelo representante legal da cooperativa/associação, deverão ser entregues ou enviados pelo correio, à Comissão Permanente de Chamada Pública, na Coordenadoria de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, na Avenida Anchieta, nº 200, 9º andar, sala 09 – Campinas – SP, até às 16h30min. do dia 25/02/2016. Observação: no caso de envio pelo correio, a correspondência deverá chegar à Comissão até esta data e horário.

7.2. A documentação exigida só será recebida e considerada pela Comissão Permanente de Chamada Pública se chegar no horário e data estipulados no item 04 deste edital. Documentos apresentados em horário ou data diferentes não serão aceitos.

7.3. Documentação enviada por correio deve ser apresentada em envelope lacrado, contendo o **Envelope 01 e o envelope 02**, com os seguintes dizeres na parte frontal:  
**DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO e PROJETO DE VENDA REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015 – SME/COMISSÃO PERMANENTE DE CHAMADA PÚBLICA.**

**Destinatário:** Comissão Permanente de Chamada Pública – Secretaria Municipal de Educação.

**Endereço:** Avenida Anchieta nº 200, 9º andar, sala 09 – Campinas – SP.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

**Remetente:** (na parte posterior): Nome da cooperativa/associação (sem abreviaturas, conforme registro no CNPJ) e endereço completo, fone e e-mail.

7.4. Toda a documentação deverá ser apresentada em **cópia autenticada por cartório**, ou pessoalmente pela Comissão Permanente de Chamada Pública, devidamente acompanhada dos originais (entrega antecipada), salvo certidões obtidas e disponibilizadas pelos órgãos competentes na internet.

7.5. As certidões obtidas por endereços oficiais eletrônicos serão confirmadas pela Comissão Permanente de Chamada Pública, por ocasião da análise documental da postulante.

7.6. Os documentos de Habilitação e o Projeto de Venda serão analisados e julgados pela Comissão Permanente de Chamada Pública no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data estipulada no item 7.1 deste edital, salvo a necessidade de maior prazo para conclusão dos trabalhos.

7.7. Na ausência ou irregularidade de qualquer desses documentos, fica facultado à Comissão Permanente de Chamada Pública, a abertura de novo prazo para a regularização da documentação.

### **08 – DA HABILITAÇÃO**

8.1. Serão consideradas habilitadas para o fornecimento e entrega dos gêneros alimentícios as cooperativas/associações que atenderem a todos os requisitos dispostos neste edital.

8.2. A Sessão para análise dos Documentos de Habilitação e Classificação dos Projetos de Venda está marcada para as 09h30 min. do dia **08/03/2016**, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, na Av. Anchieta, nº 200, 9º andar.

8.3. O resultado da habilitação e classificação do Projeto de Venda será publicado no Diário Oficial do Município de Campinas e disponibilizado no endereço eletrônico na internet [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br), Secretaria Municipal de Educação, no prazo de até 05 (cinco) dias



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

úteis a partir da data da finalização dos trabalhos de análise e julgamento dos documentos pela Comissão.

8.4. Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da proponente:

8.4.1. O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

### **09 – DOS RECURSOS**

9.1. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, nas hipóteses de habilitação ou inabilitação e de classificação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação do resultado na imprensa oficial do Município, o qual deverá ser enviado via e-mail ou protocolado e encaminhado à Comissão Permanente de Chamada Pública.

9.2. A Comissão Permanente de Chamada Pública poderá rever sua decisão, nos prazos de até 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo prestar as informações necessárias e remeter a peça recursal à autoridade superior que proferirá sua decisão em até 02 (dois) dias úteis, devendo promover a sua respectiva publicação no Diário Oficial do Município.

### **10 – DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE VENDA**

10.1. Apresentar um Projeto de Venda para cada item/produto, conforme relação constante do Anexo I – Itens a Serem Adquiridos e Memorial Descritivo.

10.1.1. O preço unitário e total por produto a ser preenchido no Anexo IV – Projeto de Venda do presente edital deverá ser informado em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais após a vírgula. Na hipótese de apresentação de preço com mais de duas casas decimais, a Comissão desprezará todos os valores, a partir da terceira casa decimal, inclusive, refazendo o cálculo para o valor total do item.

10.1.2. Nos preços de aquisição já estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

cumprimento das obrigações decorrentes do presente edital.

10.1.2.1. Os preços serão considerados fixos e irremovíveis, expressos em moeda corrente nacional (Real), com no máximo duas casas decimais após a vírgula, salvo, neste último caso, se disposto em contrário na Chamada Pública.

10.1.3. A Proposta, preferencialmente redigida em 01 (uma) via, datilografada ou digitada eletronicamente, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo o valor unitário e total para cada item, igual ao do Anexo III - Planilha de Preços de Aquisição.

10.1.3.1. Se houver divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro e a Comissão re fará o cálculo do preço total.

10.2. Divulgado o resultado da habilitação e classificação, deverá ser feita a entrega das amostras e documentação técnica, nos termos do item 11.

### **11 – DA VALIDADE DAS PROPOSTAS**

O prazo de validade das propostas apresentadas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da última data fixada para a sua apresentação.

### **12 - CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE VENDA**

12.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupos de projetos do território rural, grupo de projetos do estado e grupo de projetos do País. Resolução (04/2015/CD/FNDE/MEC).

12.1.1. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

12.1.1.1. o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

12.1.1.2. o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País;

12.1.1.3. o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País;

12.1.2. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

12.1.2.1. os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

12.1.2.2. os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/03;

12.1.2.3. Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes, sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP física).

12.2. Caso a EEx, não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos § 1º e § 2º (Resolução 04/2015/CD/FNDE/MEC).

12.3. Serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso de grupo formal, e 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares no caso de grupo informal, conforme identificação nas DAPs.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

12.3.1. No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e /ou indígenas, em referência ao disposto § 2º Inciso I deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação nas DAPs.

12.3.2. No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º, inciso III deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica. (Resolução 04/2015/CD/FNDE/MEC).

12.3.2.1. Em caso de persistência do empate, será realizado sorteio, ou havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas. (acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC).

### **12.4. OS PREÇOS UNITÁRIOS NÃO INTERFEREM NA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.**

12.5. Serão desclassificadas as propostas que descumprirem as exigências deste ato convocatório, em especial as que:

12.5.1. estiverem em desacordo com o item 10.1.

12.5.2. forem omissas ou vagas, bem como apresentarem irregularidade ou defeito capaz de dificultar o julgamento.

12.5.3. apresentarem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

12.5.4. apresentarem características dos itens em desacordo com as solicitadas no Anexo I – Memorial Descritivo.

12.6. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Chamada Pública, nem preços referenciados a outras propostas apresentadas.

12.7. O julgamento dos Projetos de Venda será divulgado aos interessados através de publicação no Diário Oficial do Município e disponibilizado no Portal da PMC, em [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br).

### **13. DAS AMOSTRAS**

13.1. Após a habilitação e classificação a proponente deverá entregar em até 05 (cinco) dias úteis, na Coordenadoria de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, a documentação técnica abaixo, acompanhada de 1 (uma) amostra original do produto, devidamente identificadas (nome da cooperativa, endereço, fone), em embalagem primária e rótulos correspondentes aqueles a serem fornecidos.

13.2. Durante toda a vigência do contrato, poderão ser coletadas amostras de alimentos para análise-microscópica, físico – química, microbiológica e de resíduos químicos (pesticidas, antibióticos) – Limites Máximos de Resíduos. Caso os alimentos estejam fora de especificações deste edital ou da legislação pertinente, a entrega deverá ser cancelada, podendo o fornecedor ter seu contrato rescindido.

### **14. DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS**

14.1. As amostras serão submetidas às seguintes análises:

14.1.1. ORGANOLÉPTICA (SENSORIAL): serão verificadas por meio de degustação e análise das características de cor, sabor, odor e textura (aparência) do alimento;

14.1.2. DE ROTULAGEM: de acordo com a legislação vigente;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

14.1.3. DE EMBALAGEM: a gramatura e material utilizado serão analisados para verificar se estão de acordo com o exigido na especificação do item cotado. As amostras deverão ser apresentadas na gramatura e material mencionados no PROJETO DE VENDA;

14.1.4. LABORATORIAL: será realizada somente se for necessário para dirimir dúvidas.

14.2. As análises constantes dos subitens **14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3** serão efetuadas pela equipe técnica da Coordenadoria Setorial de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação e por representantes do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Campinas. A análise do subitem **14.1.4** será realizada, quando necessária, por entidades oficiais ou laboratórios particulares de reconhecida idoneidade e despesas pagas pela Prefeitura de Campinas.

14.3. A Cooperativa ou Associação que tiverem suas amostras reprovadas após a realização das análises técnicas descritas no Anexo I (Memorial Descritivo) serão desclassificadas e os segundos colocados serão convocados a apresentarem suas amostras.

### **15 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

15.1. As entregas deverão ser efetuadas nas Unidades Escolares, até 20 (vinte) dias após a ordem de fornecimento, de acordo com as solicitações do Departamento de Alimentação Escolar da CEASA/Campinas, conforme Convênio firmado entre PMC e Ceasa/Campinas, mediante a transmissão via fax ou por meio eletrônico dos prazos e quantidades determinadas dos produtos.

15.2. As entregas deverão ser efetuadas de segunda a sexta-feira, das 8:00 horas às 16:00 horas, nas Unidades Escolares, conforme especificado na Ordem de Fornecimento.

15.3. O fornecedor se responsabilizará pelo transporte, entrega, carregamento e descarregamento dos produtos no local da entrega.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

15.4. Os produtos ofertados devem ser embalados de forma a não ser danificados durante o transporte, tendo em vista também a melhor adequação para armazenamento.

15.5. Por ocasião da entrega, o produto deverá estar dentro do prazo de sua validade.

15.6. Para as entregas deverão ser utilizados veículos apropriados de forma a preservar a qualidade e as características do produto.

15.7. Todo produto considerado impróprio ao consumo será devolvido à Contratada, devendo ser substituído por sua conta e risco, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.8. O recebimento dos produtos obedecerá ao disposto na Cláusula Décima do Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

15.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá constar a quantidade, preço unitário, preço total, CNPJ e n.º do código do item na Prefeitura de Campinas (igual ao da Nota de Empenho).

15.10. A cooperativa/associação deverá enviar juntamente com a nota fiscal, **relação dos agricultores participantes daquela entrega**, informando os itens e respectivas quantidades e valores correspondentes a cada agricultor.

15.10.1. Caso a cooperativa/associação não envie relação dos agricultores, conforme subitem 15.10, o pagamento ficará retido até atender esta solicitação, uma vez que se trata de exigência do FNDE.

## 16 - PENALIDADES

16.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93):



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

16.1.1. advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente.

16.1.2. multa, nas seguintes situações:

16.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Início dos Serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato;

16.1.2.2. de 0,4% (quatro décimos por cento), incidente sobre o valor da ordem correspondente, por dia de atraso em realizar o fornecimento;

16.1.2.3. em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração, decorrente do que prevê este subitem, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

16.1.3. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.1.4.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a proponente penalizada poderá, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

16.2. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da proponente CONTRATADA.

16.3. As penalidades previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

16.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE.

16.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

### **17 – CONDIÇÃO DE PAGAMENTO**

O Município de Campinas procederá ao pagamento na forma e condições estabelecidas na Cláusula Quinta do Anexo II - Minuta de Termo de Contrato.

### **18 - HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

18.1. A homologação da Chamada Pública e adjudicação de seu objeto a proponente vencedora ocorrerá por ato da Sra. Secretária Municipal de Educação, publicado no Diário Oficial do Município e sua disponibilização no Portal da Prefeitura Municipal de Campinas, no endereço eletrônico [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br).

18.2. O Município de Campinas, poderá revogar a Chamada Pública, por razão de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

### **19 – INSTRUMENTO FORMALIZADOR DO CONTRATO**

19.1. A proponente vencedora desta Chamada Pública será convocada pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para assinar o Termo de Contrato. A recusa injustificada do





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

adjudicatário em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as penalidades previstas no subitem 16.1.1.

19.2. Caso a proponente vencedora não assine, não aceite ou não retire o Termo de Contrato, no prazo e condições estabelecidas, o Município de Campinas poderá convocar as proponentes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.

19.3. O Contrato decorrente desta Chamada Pública vincular-se-á ao seu ato homologatório e à proposta da vencedora.

19.4. Fica vedada a contratação caso a proponente vencedora desta Chamada Pública possua administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente público ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do artigo 7º do Decreto Municipal nº 17.437/11.

### **20 - PREÇOS**

O Município de Campinas não aceitará gêneros alimentícios, objeto da presente Chamada Pública, com preços divergentes dos constantes do Termo de Contrato e da proposta vencedora.

### **21 - RESCISÃO**

O contrato decorrente da presente Chamada Pública poderá ser rescindido nos termos da Cláusula Nona do Anexo II - Minuta de Termo de Contrato.

### **22 – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA SELEÇÃO**

22.1. Compete à contratada, manter durante toda a vigência do contrato a regularidade de todas as condições de habilitação, como também, informar toda e qualquer alteração na



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira e fiscal.

22.2. Compete à cooperativa / associação, indicar pessoa de contato com a Secretaria Municipal de Educação e CEASA/Campinas, preferencialmente com telefone fixo e acesso constante a endereço eletrônico (e-mail), durante toda execução do contrato.

22.3. A contratada sempre será responsável pelas entregas, mesmo que essas sejam realizadas por terceiros.

### **23. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Os preços serão fixos e irreajustáveis.

### **24 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1. Ao apresentar o envelope "Projeto de Venda", fica subentendido que a proponente aceita, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

24.2. Após entrega do envelope, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Chamada Pública.

24.2.1. A não aceitação do motivo de desistência ensejará a cobrança pela Prefeitura Municipal de Campinas, por via administrativa ou judicial, de multa prevista no item 16.2.

24.3. A proponente é responsável pela veracidade das informações e pela autenticidade dos documentos por ela apresentados.

24.4. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da Chamada Pública, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

24.5. No interesse do Município de Campinas, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da Chamada Pública ou alterado o edital, com fixação de novo prazo para realizar-se a Chamada Pública.

24.6. Informações e esclarecimentos adicionais sobre o presente edital poderão ser obtidos no Departamento de Apoio à Escola, no endereço mencionado no preâmbulo do presente edital, em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30min, pelo telefone (19) 2116-0210 ou 2116-0361.

24.7. Esclarecimentos de ordem técnica poderão ser obtidos através do telefone (19) 2116-0210, com a servidora Maria Conceição Olegário Leandro, Sueli Okubo ou Vera Maria Gurgel do Amaral.

24.8. Aplica-se a esta Chamada Pública e aos casos omissos o disposto nas Leis Federais: 11.326/06, 11.947/09, 12.512/11, e Resolução nº 26/13 além da Lei federal nº 8.666/93 no que couber.

24.9. Fica eleito o foro da Comarca de Campinas, São Paulo, para dirimir as questões oriundas do contrato decorrente da presente Chamada Pública.

### **25 - ANEXOS**

ANEXO I – Memorial descritivo e Itens a serem adquiridos;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Planilha de Preços de aquisição;

ANEXO IV – Modelo de Projeto de Venda;

ANEXO V – Modelo de Termo de ciência e Notificação;

ANEXO VI – Termo de Recebimento da Agricultura Familiar;

ANEXO VII – Ficha Técnica;

ANEXO VIII – Modelo de declaração de Limite individual de Vendas por agricultor;

ANEXO IX – Modelo de Declaração de não Existência de Trabalhadores Menores;

ANEXO X – Declaração de Situação regular com o Ministério do Trabalho.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

Maurilei Pereira  
Presidente em exercício

Maria Conceição Olegário Leandro  
Membro

Vera Maria Gurgel do Amaral  
Membro

## **ANEXO I**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015**

**MEMORIAL DESCRITIVO E ITENS A SEREM ADQUIRIDOS**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

### 1. OBJETO

A presente Chamada Pública tem por objeto o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, requeijão e iogurte, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, no município de Campinas, nas especificações e quantidades abaixo estimadas.

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO	UN	QUANT. ESTIMADA
01	52.773	<b>REQUEIJÃO CREMOSO</b> É o produto obtido pela fusão de uma massa de coalhada dessorada e lavada obtida por coagulação ácida e/ou enzimática do leite com adição de creme de leite e/ou manteiga e/ou gordura anidra de leite ou butter oil. Portaria nº 359 de 04/09/97. O produto deverá conter em sua formulação: leite pasteurizado, creme de leite, manteiga, cloreto de sódio, e outros ingredientes, permitidos pela legislação desde que declarados. <u>Não deverá conter amido, gordura vegetal hidrogenada, glutamato monossódico, aromas e corantes de qualquer natureza em sua composição.</u> Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas adotados e respeitados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº 12 de 02/01/01 – Anvisa/MS, Anexo 8, item j. O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo de 90 dias após a data de fabricação, somente será recebido o produto que tenha data de fabricação de até 30 dias do momento da entrega. A informação nutricional constante no rótulo da embalagem deverá conter na porção de 30 (trinta) gramas: proteínas entre 2,5 a 9 gramas; cálcio entre 40 a 70 mg; sódio máximo de 200 mg; isento de gordura trans. Na embalagem primária: O produto deverá ser em pote plástico de polipropileno ou polietileno de alta densidade, atóxico, inodoro, opaco, com tampa e material aprovado para contato direto com alimentos Resolução nº 105, de 19/05/99 – Anvisa/MS e Resoluções RDC nº 51 e 52 de 26/11/2010 – Anvisa/MS, lacradas com selo de alumínio ou lacre externo e tampa plástica, que mantenha a perfeita vedação da embalagem antes e após a sua abertura, com capacidade de 200 (duzentos) gramas do produto. A embalagem secundária do produto deverá ser caixa de papelão reforçado, que resista as condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento, com	pc	450.000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

		as abas superiores e inferiores lacradas identificadas com nome da empresa. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente em especial; Resolução RDC nº 259, de 23/12/02 – Anvisa/MS; Resolução RDC nº 360, de 23/12/03 – Anvisa/MS; Portaria nº 364 de 04 /09/97 – MAPA.		
<b>02</b>	<b>42.326</b>	<b>IOGURTE COM POLPA DE FRUTA SABOR MORANGO</b> iogurte é o leite coagulado obtido por fermentação láctica, através da adição de <i>Lactobacillus bulgarius</i> e <i>Streptococcus thermophilus</i> ao leite, pasteurizado ou concentrado, com ou sem aditivos opcionais. Deverá ter em sua composição leite e/ou leite em pó reconstituído, açúcar, amido, polpa de morango, corantes artificiais desde que autorizados pela legislação. O produto deverá ser isento de gordura trans. NÃO CONTER GLÚTEN. Deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam, desenvolvam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico para Condições Higiênico Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos. Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e Resolução nº 275, de 21/10/2002. Deverá ser armazenada à temperatura de 1 a 10°C (um a dez graus centígrados) e transportado em veículos refrigerados e condições que preservem a qualidade e as características do alimento. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente. Deverão obedecer as seguintes (características a) ORGANOLÉPTICAS: Aspecto: característico; Cor: característico; Odor: característico; Textura: característico (Instrução Normativa nº 46 de 23/10/2007) – b) FÍSICO-QUÍMICAS: pH permitido: 4,0 a 4,9 – c) MICROSCÓPICAS: ausência de sujidades, parasitos e larvas – d) MICROBIOLÓGICAS: e) COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL: Carboidratos – de 15 a 35 gr/200ml; Proteína – de 4,0 à 5,5 gr/200ml; Gorduras Totais – de 3,5 à 4,5 gr/200ml; Gorduras Saturadas – de 2,0 a 3g/200ml; Gordura Trans – ZERO; Cálcio – de 140 à 290 mg/200ml; Sódio – de 50 a 90 mg/200ml. Serão adotados os padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, de 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 8, item b, publicada no D.O.U., Seção I, em 10/01/01.VALIDADE: O prazo de validade do produto deverá ser de no máximo de 45 dias (quarenta e cinco dias) a partir da data de fabricação. Somente serão aceitos produtos com data de fabricação de até 20 dias do momento da entrega. EMBALAGEM: A embalagem primária do produto deverá ser em garrafas de polietileno, coberta com tampa de alumínio laminado com filme de polietileno, rótulo sleeve, com capacidade de 180 (cento e oitenta) gramas cada unidade. Devem estar íntegras (lacradas), sem água ou gelo e sem rachaduras ou furos. Apresentar de forma clara e legível as seguintes especificações: nome do produto/marca/peso líquido/ carimbo do SIF do estabelecimento produtos/ lote e validade/ registro interno do produto/ quantidade do produto e	<b>pc</b>	<b>2.200.000</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

		demais dados exigidos pela legislação em vigor. A embalagem secundária do produto deverá ser de polietileno, contendo entre 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) unidades. As embalagens (deverão estar íntegras lacradas, sem água, gelo ou furos). ROTULAGEM: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente, com rótulo e estabelecimentos Registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Resolução RDC 259 de 20/09/02; Resolução RDC 359 de 23/12/03; Resolução RDC 360 de 23/12/03.		

## 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

### 2.1 LEGISLAÇÃO

O grupo formal CONTRATADO compromete-se desde já, a trocar os fardos ou caixas eventualmente avariados nos procedimentos de carga/descarga, visto que, segundo Lei Federal nº 8.078, de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor – Capítulo IV – Seção III – Artigo 18 – Parágrafo 6º - Incisos II e III, tornaram o produto inadequado ao fim a que se destina e impróprio ao consumo, sendo que a CEASA/DAE também se compromete a adotar todas as precauções para diminuir o risco de avarias e preservar a integridade das embalagens.

Para o peso líquido dos produtos serão observados os critérios de tolerância constantes na Portaria nº248 de 17/07/2008 do INMETRO.

Os gêneros alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos estabelecida pela ANVISA e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### 2.2. PRESENÇA DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Não será admitido o produto que possua a presença do símbolo de transgênico no rótulo de sua embalagem. Decreto nº 4.680 de 24 de abril de 2003 / Lei 10.940 de 20 de setembro de 2001.

## 3. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis após a habilitação:

a) Ficha técnica original do produto cotado, emitida por Agricultor Familiar ou Empreendedor Familiar Rural Fornecedor e assinado por responsável técnico, conforme modelo abaixo; todas as informações mencionadas deverão corresponder à proposta da empresa;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

- b) Declaração original de que o produto não possui na sua composição produtos de organismos geneticamente modificados (O.G.M.) cujo material genético (DNA/RNA) tenha sido alterado por qualquer técnica de engenharia genética, conforme a Lei Municipal nº 10.940 de 20/09/2001;
- c) Comprovação de que a empresa fabricante esta apta ao seu funcionamento apresentando Cópia autenticada ou original do Alvará Sanitário ou Licença de funcionamento, dentro de sua validade, emitido pela autoridade competente do Estado, Distrito Federal ou Município, ou cópia datada da última publicação do Diário Oficial da Cidade de Deferimento no Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária em Saúde (CMVS);
- d) O grupo formal deverá apresentar declaração original assinada pelo responsável técnico da empresa fabricante, de que o fabricante elaborou e implementou as “Boas Práticas de Fabricação”, na sua linha de produção, conforme determina a Portaria 1.428, de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Portaria nº 326, de 30/07/97 da Secretaria de Vigilância Sanitária/MS.
- e) Declaração original firmada pelo Representante Legal do grupo formal, sob as penas da lei, de que a empresa fabricante possui e manterá responsável técnico pela fabricação do produto.
- f) Cópia autenticada do Certificado ou Reserva do Título de Registro atualizado do Serviço de Inspeção Federal – SIF, ou SISP – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo, acompanhado de o Registro de Rótulo do Produto.

#### **4. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**

A Cooperativa ou Associação deverá entregar em até 10 (dez) úteis dias após a habilitação, 01 (uma) amostra original de cada produto, devidamente identificadas, em embalagem primária e rótulos correspondentes àqueles a serem entregues, com a respectiva ficha técnica assinada pelo responsável técnico com tinta indelével.

A Cooperativa ou Associação que tiveram suas amostras reprovadas após a realização das análises técnicas descritas no Memorial Descritivo serão desclassificadas e os segundos colocados serão convocados a apresentarem suas amostras.

**Nota: Não serão analisadas amostras em embalagens que não estiverem totalmente vedadas.**

#### **5. ENTREGA DO PRODUTO**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

As entregas deverão ser efetuadas em até 20 (vinte) dias após a ordem de fornecimento, de acordo com as solicitações do Departamento de Alimentação Escolar da CEASA/Campinas, conforme Convênio firmado entre PMC e Ceasa/Campinas, mediante a transmissão via fax ou por meio eletrônico dos prazos e quantidades determinadas dos produtos. As entregas deverão ser efetuadas de segunda a sexta-feira, das 8:00 horas às 16:00 horas, nas Unidades Escolares, conforme especificado na Ordem de Fornecimento.

**5.1.** Fica a critério da Coordenadoria de Nutrição SME/PMC, através do Departamento de Alimentação Escolar (conforme previsto no Convênio entre a PMC e CEASA Campinas), efetuar testes dos produtos e demais análises de qualidade, por meio de entidades oficiais ou laboratórios particulares de reconhecida idoneidade, para verificação das condições sanitárias dos produtos entregues, que deverão estar de acordo com a Legislação vigente, correndo todas as despesas por conta da EMPRESA CONTRATADA. Ressaltamos que a quantidade de mercadoria retirada para qualquer análise deverá ser repostada pela empresa contratada.

**5.2.** Poderão ser efetuadas análises específicas para:

- Comprovação de ausência de aditivos de qualquer natureza;
- Determinação de outros microorganismos e/ou de substâncias tóxicas e de substâncias biologicamente ativas (hormônios e antibióticos) a fim de garantir a sanidade do alimento, que deverão estar de acordo com a legislação vigente;
- Análise das características físico-químicas;
- Análise das características microscópicas;
- Análise microbiológica;
- Análise sensorial.

## 6. TRANSPORTE

**O transporte deverá ser realizado de acordo com a legislação vigente, em condições técnicas imprescindíveis à perfeita conservação do produto. Portaria nº 368 de 04 de setembro de 1997; Portaria CVS nº 5 de 09 de abril de 2013.**

## 7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

Fica atribuído a Coordenadoria Setorial de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação o dever de opinar, conclusivamente na análise dos documentos técnicos pertinentes ao objeto do certame, referente à:

Itens da ficha técnica que deverão corresponder à proposta da empresa, inclusive no que diz respeito à embalagem e à rotulagem.

Serão avaliados aspectos sensoriais do produto, embalagem e rotulagem que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

### **8. CONTROLE DE QUALIDADE**

**8.1.** A Prefeitura Municipal de Campinas, através do Departamento de Alimentação Escolar da Ceasa/Campinas, rejeitará no todo ou em parte o(s) produto(s) que estiverem em desacordo com a Especificação.

**8.2.** Os técnicos da Prefeitura Municipal de Campinas e do Departamento de Alimentação Escolar da Ceasa/Campinas, a seu exclusivo critério, procederão o controle por entrega (peso, embalagem, rotulagem, qualidade), sendo que em caso de não corresponder às exigências e/ou estiver fora da especificação serão devolvidos e deverão ser substituídos ou repostos no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**8.3.** Poderão ser solicitadas visitas à Cooperativa ou Associação ou Empresa Familiar fornecedora que será realizada por técnicos indicados pela Coordenadoria de Nutrição ou pela CEASA/Campinas, com finalidade de acompanhar as condições gerais de produção.

**8.4.** Considerar-se à fraude toda a alteração dolosa, de qualquer ordem ou natureza, praticada no acondicionamento, no transporte, na armazenagem, na composição do produto, bem como nos documentos de qualidade do produto, podendo a Cooperativa ou Associação, ter o contrato cancelado.

### **9. ESCLARECIMENTOS**

Questões duvidosas serão prestadas pela Comissão Permanente de Chamada Pública com o Sr. Elzo Pinto através do telefone Fone: (19) 2116-0210



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## FICHA TÉCNICA

**a) Identificação do produto:**

Nome:

Marca:

**b) Número de Registro no órgão competente:**

**c) Identificação da empresa proponente:**

Nome:

Endereço:

Tel: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail:

**d) Identificação da empresa fabricante:**

Nome:

Endereço:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

Tel: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

e) Prazo de validade: \_\_\_\_\_

f) Temperatura de congelamento do produto (no processo de fabricação): \_\_\_\_\_

**g) Transporte:**

Condições de transporte: \_\_\_\_\_

Temperatura de transporte: \_\_\_\_\_

**h) Condições de armazenamento:** \_\_\_\_\_

**i) Temperatura de armazenamento:** \_\_\_\_\_

**j) Empilhamento máximo:** \_\_\_\_\_

Para armazenamento: \_\_\_\_\_

Para Transporte (caso seja diferente do declarado para armazenamento): \_\_\_\_\_

**k) Embalagem:**

Declarar que as embalagens primária e secundária em que será entregue o produto estarão de acordo com as especificações do Memorial Descritivo.

Peso líquido do produto na embalagem primária: \_\_\_\_\_

Peso líquido do produto na embalagem secundária: \_\_\_\_\_

**l) Rotulagem:**

Declarar que nos rótulos das embalagens primária e secundária em que será entregue o produto constarão todas as informações solicitadas no Memorial Descritivo. E declarar que as mesmas estarão de forma clara e indelével

**m) Informações sobre o responsável técnico pelo produto:**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Habilitação: \_\_\_\_\_

Número do Registro no Órgão de Habilitação profissional pertinente: \_\_\_\_\_

OBS: A empresa proponente deverá fazer uma ficha técnica para cada item cotado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

## PREVISÃO DE CONSUMO MENSAL PARA ANO 2015

<b>MESES</b>	<b>Item 01 Requeijão Cremoso Pc</b>	<b>Item 02 Iogurte Morango Pc</b>
Dezembro	50.000	0
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>0</b>

## PREVISÃO DE CONSUMO MENSAL PARA ANO 2016

<b>MESES</b>	<b>Item 01 Requeijão Cremoso Pc</b>	<b>Item 02 Iogurte Morango Pc</b>
Janeiro	0	0
Fevereiro	30.000	230.000
Março	40.000	470.000
Abril	40.000	0
Maiο	40.000	500.000
Junho	30.000	0
Julho	30.000	0
Agosto	50.000	279.000
Setembro	40.000	242.000
Outubro	50.000	219.000
Novembro	50.000	260.000
Dezembro	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>400.000</b>	<b>2.200.000</b>

Maria Conceição Olegário Leandro  
Coordenadoria de Nutrição

### **QUANTIDADE DE PRODUTOS DISTRIBUÍDOS POR TIPO DE ENSINO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

<b>TIPO DE ENSINO</b>	<b>Item 01 - 2015 Requeijão Cremoso Unidade - Pc</b>	<b>Item 01 - 2016 Requeijão Cremoso Unidade - Pc</b>
FUNDAMENTAL/PNAE	7.500	70.000
FUNDAMENTAL/SEE	10.500	80.000
PRÉ-ESCOLA	4.500	35.000
CRECHE	5.500	40.000
EJA	2.000	15.000
ENSINO MÉDIO	13.500	110.000
MAIS EDUCAÇÃO	2.000	20.000
NÚCLEO E ENTIDADE	4.500	30.000
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>400.000</b>

<b>TIPO DE ENSINO</b>	<b>Item 01 – Iogurte - 2016 Unidade - Pc</b>
FUNDAMENTAL/PNAE	396.000
FUNDAMENTAL/SEE	440.000
PRÉ-ESCOLA	198.000
CRECHE	242.000
EJA	88.000
ENSINO MÉDIO	88.000
MAIS EDUCAÇÃO	616.000
NÚCLEO E ENTIDADE	132.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.200.000</b>

Maria Conceição Olegário Leandro  
Coordenadoria de Nutrição

### **ANEXO II**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

### **TERMO DE CONTRATO Nº 000/16**

**Processo Administrativo** nº: 15/10/30.265

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação

**Chamada Pública** nº 001/2015

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Cooperativa/Associação \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### **PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, requeijão, iogurte e bebida láctea, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, verba FNDE/PNAE, no município de Campinas, de acordo com as quantidades e especificações do Anexo I.

**SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, ENTREGA E GARANTIA** Memorial Descritivo e Itens a serem adquiridos e nas condições estabelecidas neste instrumento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

2.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer alimentos da agricultura familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento, nos padrões e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública nº 001/2015.

2.2. A entrega dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, objeto do presente contrato, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, na qual será especificado o quantitativo, data, hora e local de entrega.

2.2.1. O fornecedor se responsabilizará pelo transporte, entrega, carregamento e descarregamento dos produtos no local da entrega.

2.3. Os produtos ofertados devem ser embalados de forma a não ser danificados durante o transporte, tendo em vista também a melhor adequação para armazenamento.

2.4. Por ocasião da entrega, o produto deverá estar dentro do prazo de sua validade.

2.5. Para as entregas deverão ser utilizados veículos apropriados de forma a preservar a qualidade e as características do produto.

2.6. Todo produto considerado impróprio ao consumo será devolvido à CONTRATADA, devendo ser substituído por sua conta e risco, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.7. Da Nota Fiscal/Fatura deverá constar a quantidade, preço unitário, preço total, CNPJ e n.º do código do item na Prefeitura de Campinas (igual ao da Nota de Empenho).

2.8. A contratada se compromete a fornecer os gêneros alimentícios, objeto do presente contrato, conforme padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Agência Nacional de Vigilância sanitária (ANVISA).

2.9. Fica proibido o uso de caixa de madeira para transporte e armazenamento dos produtos





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

adquiridos nesta Chamada Pública, conforme CVS 05/13 e SARC/ANVISA/INMETRO/09/02.

2.10. Os produtos que não corresponderem às especificações do memorial descritivo deverão ser substituídos pelo grupo formal no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após sua notificação.

### **TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento, pela contratada, da Ordem de Início de Fornecimento, após a assinatura deste instrumento ou até o término da quantidade adquirida.

### **QUARTA - DOS PREÇOS E DO VALOR DO CONTRATO**

4.1. O preço unitário do produto, objeto do presente Contrato, é:

#### **(COPIAR DA PROPOSTA VENCEDORA)**

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeitos de direito, o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), devendo onerar dotação do exercício de 2015 o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) e o restante onerará o exercício seguinte.

4.3. Os valores definidos nesta cláusula incluem todos os custos, tributos e despesas diretas e indiretas decorrentes do presente contrato, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.

### **QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

5.1. Os preços serão fixos e irremovíveis.

### **SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O CONTRATANTE procederá ao pagamento, nas condições previstas nesta cláusula:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

6.1.1. a CONTRATADA apresentará à Secretaria Municipal de Educação, as faturas referentes a cada fornecimento, que somente poderá ser emitida após a efetiva entrega do produto, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aceitá-la ou rejeitá-la.

6.1.2. a fatura não aprovada pela Secretaria Municipal de Educação será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a partir da data de sua reapresentação.

6.1.3. a devolução da fatura não aprovada pela Secretaria Municipal de Educação em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento.

6.1.4. a Secretaria Municipal de Finanças procederá ao pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite da Nota Fiscal pela Secretaria Municipal de Educação.

6.2. a CONTRATADA deverá indicar em sua fatura o nº, nome e endereço de sua Agência Bancária e o nº da sua conta corrente.

### **SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

7.1.1. executar o fornecimento em conformidade com as condições estabelecidas no edital e no presente instrumento contratual.

7.1.2. responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo do produto fornecido.

7.1.3. observar, controlar e se responsabilizar pelo limite individual de venda de cada agricultor familiar para que não seja ultrapassado o valor máximo de R\$ 20 mil (vinte mil reais) por DAP/ano, por Entidade Executora.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

7.1.4. deverá igualmente repassar o pagamento integral, aos seus cooperados/associados participantes do Programa e respectivos valores de pagamento, para fins de fiscalização.

7.1.5. deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

7.1.6. é de exclusiva responsabilidade da contratada o ressarcimento de danos causados ao contratante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

### **OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento dos gêneros alimentícios.

8.1.2. efetuar os pagamentos devidos, nos termos da Cláusula Quinta do presente instrumento.

8.1.3. expedir as Ordens de Fornecimento.

8.1.4. guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

### **NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93):



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

9.1.1. advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente.

9.1.2. multa, nas seguintes situações:

9.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Início dos Serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato;

9.1.2.2. de 0,4% (quatro décimos por cento), incidente sobre o valor da ordem correspondente, por dia de atraso em realizar o fornecimento;

9.1.2.3. em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração, decorrente do que prevê este subitem, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

9.1.3. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

9.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

9.1.4.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a proponente penalizada poderá, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

9.2. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da proponente CONTRATADA.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

9.3. As penalidades previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.

9.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE.

9.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

### **DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

10.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

10.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

10.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

10.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

10.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

10.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

### **DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO**

11.1. O recebimento de cada fornecimento será provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos entregues com o objeto contratado e definitivo, após a verificação e consequente aceitação.

11.1.1. O fornecimento estará sujeito, no ato do recebimento provisório, às verificações preliminares quanto à especificação do produto.

11.1.2. O fornecimento estará sujeito, no recebimento definitivo à verificação da quantidade e especificações técnicas constantes do edital e proposta da CONTRATADA.

11.2. O Município de Campinas não aceitará produto com preço divergente do constante na Nota de Empenho e na proposta vencedora.

11.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade do produto.

11.4. O Município de Campinas, com fundamento em reclamação de qualquer órgão usuário, poderá exigir análises laboratoriais visando a constatar a regularidade dos produtos fornecidos.

11.4.1. Fica a cargo da CONTRATADA a indicação ou contratação de laboratório oficial, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação da CONTRATANTE, para a realização dos exames.

### **DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato estão previamente empenhadas e processadas por conta do orçamento vigente constante à fl. 72 do processo, codificadas sob n.ºs:

07140.12.306.1009.4188.339030/05-210.193, 7140.12.306.1009.4188.339030/05-220.193, 07140.12.306.1009.4188.339030/05-230.193, Recurso Federal, que onerará o exercício de 2016.

12.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o CONTRATANTE obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

### **DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1. Aplica-se a este Contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto nas Leis Federais 11.326/06, 11.947/09 e 12.512/11, e Resolução CD/FNDE nº 26/13, além da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, no que couber.

### **DÉCIMA QUARTA - DA CHAMADA PÚBLICA**

14.1. Para o fornecimento dos produtos, objeto do presente Contrato, foi realizada Chamada Pública nº 001/2015, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 15/10/30.265.

### **DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO À CHAMADA PÚBLICA E À PROPOSTA**

15.1. O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da Chamada Pública e à proposta da CONTRATADA de fls.        do Processo Administrativo n.º 15/10/30.265.

### **DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

16.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública.

16.2. O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo durante a execução do Contrato, a apresentação dos documentos exigidos para a habilitação da CONTRATADA.

### **DÉCIMA SÉTIMA - DO ADITAMENTO**

Este contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as condições essenciais, e obedecidos os preceitos legais pertinentes.

### **DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1. Para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campinas, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas,        de                                de 2016.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## ANEXO III PLANILHA DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO

Item	Código	Produto	Preço unitário
01	51274	Requeijão Cremoso	4,36
02	46326	Iogurte com polpa de fruta sabor morango	1,84



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

### ANEXO IV – MODELO DE PROJETO DE VENDA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
Identificação da proposta de atendimento ao edital/ Chamada Pública nº 001/2015					
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES</b>					
<b>A – Grupo formal</b>					
1 – Nome do Proponente:			2 – CNPJ:		
3 – Endereço:		4 – Município:		5 – CEP:	
6 – Nome do Representante Legal:		7 – CPF		8 – DDD/Fone:	
9 – Banco:		10 – Nº da Agência:		11 – Nº da Conta Corrente:	
<b>C – Fornecedores participantes (Grupo Formal)</b>					
1 - Nome	2 - CPF	3 - DAP	4 - Nº da Agência	5 – Nº da Conta Corrente	
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC</b>					
1 – Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Campinas		2 – CNPJ 51.885.242/0001-40		3-Município: Campinas	
4 – Endereço: Av. Anchieta, 200 – 9º andar			5 – DDD – Fone: (019) 2116-2100210/0361		
6 – Nome do representante e e-mail Maurilei Pereira - E-mail: maurilei.pereira@campinas.sp.gov.br			7 – CPF: 172.819.608-67		
<b>III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS</b>					
1 – Nome do agricultor Familiar	2 - Produto	3 - unidade	4 - Quantidade	5- Preço/Unidade	6 – Valor Total
					Total Agricultor
					Total Agricultor
					Total Agricultor
					Total Agricultor
					Total Agricultor
					Total Agricultor
					Total Agricultor
					Total Agricultor
<b>Total do projeto</b>					





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO MUNICÍPIO DE CAMPINAS – SP

**Processo administrativo nº 2015/10/30.265**

**Interessado: Contratante:**

**Contratada:**

**Modalidade**

**Termo de Contrato:**

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento a \_\_\_\_\_, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso, e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Campinas, de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Secretário Municipal de Chefia de Gabinete do Prefeito

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Secretário Municipal de Educação

Representante Legal da Contratada



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

### ANEXO VI

### TERMO DE RECEBIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

(MODELO)

Atesto que (nome da Entidade Executora) \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por (nome do representante legal), \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, recebeu em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ou durante o período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ do(s) nome(s) do(s) fornecedor(es) dos produtos abaixo relacionados:

2. Produto	3. Quantidade	4. Unidade	5. Valor Unitário	6. Valor Total (*)
7. Totais				

(\*) Anexar notas fiscais ou recibos válidos.

2. Nestes termos, os produtos entregues estão de acordo com o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e totalizam o valor de \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_).

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está (ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, pelo(s) qual (is) concedemos a aceitabilidade, comprometendo-nos a dar a destinação final aos produtos recebidos, conforme estabelecido na aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, aprovado pelo CAE.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Entidade Executora

\_\_\_\_\_  
Representante do Grupo Fornecedor



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## ANEXO VII

### MODELO DE FICHA TÉCNICA

**a) Identificação do produto:**

Nome: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_

**b) Número de Registro no órgão competente:** \_\_\_\_\_

**c) Identificação da empresa proponente:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**d) Identificação da empresa fabricante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**e) Prazo de validade:** \_\_\_\_\_

**f) Temperatura de congelamento do produto (no processo de fabricação):** \_\_\_\_\_

**g) Transporte:**

Condições de transporte: \_\_\_\_\_

Temperatura de transporte: \_\_\_\_\_

**h) Condições de armazenamento:** \_\_\_\_\_

**i) Temperatura de armazenamento:** \_\_\_\_\_

**j) Empilhamento máximo:** \_\_\_\_\_

Para armazenamento: \_\_\_\_\_

Para Transporte (caso seja diferente do declarado para armazenamento): \_\_\_\_\_



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## **k) Embalagem:**

Declarar que as embalagens primária e secundária em que será entregue o produto estarão de acordo com as especificações do Anexo I – Memorial Descritivo.

Peso líquido do produto na embalagem primária: \_\_\_\_\_

Peso líquido do produto na embalagem secundária: \_\_\_\_\_

## **l) Rotulagem:**

Declarar que nos rótulos das embalagens primária e secundária em que será entregue o produto constarão todas as informações solicitadas no Anexo I – Memorial Descritivo. E declarar que as mesmas estarão de forma clara e indelével

## **m) Informações sobre o responsável técnico pelo produto:**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Habilitação: \_\_\_\_\_

Número do Registro no Órgão de Habilitação profissional pertinente: \_\_\_\_\_

OBS: A empresa proponente deverá fazer uma ficha técnica para cada item cotado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA POR AGRICULTOR – DAP / ANO

Referência CHAMADA PÚBLICA EDITAL Nº 001/2015

A (cooperativa / associação) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº (.....), com sede na (Rua ....., nº....., Bairro ....., ), CEP (.....), na Cidade de (.....), Estado de (.....), neste ato representada por seu representante legal, Sr(a) (.....), (nacionalidade), portador do Registro Geral nº (.....), inscrito no CPF sob nº (.....), residente na (Rua ....., nº ....., Bairro ....., CEP (.....), na Cidade de (.....), Estado de (.....), DECLARA, que se responsabiliza pelo cumprimento da Resolução/CD/FNDE nº 25/2012, do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, que limita o valor individual de venda do Agricultor Familiar em no máximo R\$ 20.0000,00 (vinte mi reais), por DAP / ano por Entidade Executora.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
Carimbo com CNPJ





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

## ANEXO IX

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Referência CHAMADA PÚBLICA EDITAL Nº 001/2015

A (cooperativa / associação) \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ sob nº (.....), com sede na Cidade de, ....., Estado ....., à Rua / Av. ....(endereço completo), CEP (.....), DECLARA para os devidos fins e especialmente para o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015, que não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
Carimbo com CNPJ



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A ESCOLA

---

## ANEXO X

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, \_\_\_\_\_ na condição de REPRESENTANTE LEGAL da \_\_\_\_\_ (razão social da cooperativa/associação), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada no município de \_\_\_\_\_, na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, interessada em participar do procedimento de credenciamento estabelecido no Edital de credenciamento nº 001/2015 declaro, sob as penas da lei, que nos termos do parágrafo 6º, do artigo 27, da Lei nº 6544/1989, que a cooperativa/associação, neste ato por mim representada, encontra-se em situação regular perante o Ministério do trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Poe ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
Carimbo com CNPJ